

CAPÍTULO 5.10.

Governança e municipalização das práticas artísticas: o caso da política cultural de Guimarães

Governance and municipalization of artistic practices: the case study of Guimarães cultural policy

Tiago MENDES^{311.) 312.)}

Resumo

Neste capítulo considera-se a política cultural do município de Guimarães desde 1985, caracterizando-se a atuação do poder local e as relações de governança existentes entre este e os agentes do sector na cidade. A progressiva alocação de responsabilidade à cooperativa municipal A Oficina torna-a, ao longo das décadas, a principal entidade implementadora daquela política, passando a gerir alguns dos principais equipamentos culturais da cidade e a coproduzir iniciativas do tecido associativo. Entrevistas realizadas a agentes relevantes neste processo (no plano político, administrativo e artístico) revelam que os processos de governança em causa – que centralizam e municipalizam práticas artísticas sedimentadas na comunidade - são dotados de tensões próprias, observando-se um reduzido grau de autonomia dos equipamentos geridos pela cooperativa e das associações locais. Aferem-se algumas das principais consequências, constrangimentos e desafios que esta política imprime sobre o ecossistema cultural da cidade.

Palavras-Chave: política cultural de cidade, governança, municipalização, autonomia, sector cultural

Abstract

On this working paper we consider the cultural policy of the Portuguese municipality of Guimarães, since its creation in 1985, characterizing the local government action and the governance relations established with the cultural agents in the city. The important role played by the municipal cooperative A Oficina makes it the main implementing entity of that policy, managing some of the main cultural facilities in the city and co-producing artistic practices previously led by the local associations. Interviews carried out with relevant agents in this process (on a political, administrative and artistic level) reveal that the governance processes - which centralize and municipalize artistic practices rooted in the community - are endowed with tensions, resulting in a low degree of autonomy of the organisations managed by Oficina and of local associations. We assessed some of the main consequences, constraints and challenges that this policy imposes on the city's cultural ecosystem.

Keywords: urban cultural policy, governance, municipalization, autonomy, cultural sector

³¹¹⁾ DINÂMIA'CET-IUL. E-mail: tiagomtmendes(at)gmail(dot)com

³¹²⁾ O autor não segue o acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990



1. Introdução

Este capítulo – que constituiu o objeto de trabalho da comunicação que apresentei no dia 2 de julho de 2021 no IIº Encontro Internacional “Todas as Artes, Todos os Nomes” - foi elaborado a partir dos dados e resultados da investigação empírica conducente ao meu trabalho de projeto desenvolvido no âmbito do mestrado de Práticas Culturais para Municípios (FCSH/UNL), defendido publicamente em 2017, tendo por título “Política cultural de cidade. Um estudo de caso: a cidade de Guimarães (1985-2015)” (Mendes, 2017). Neste sentido, parte-se de um contexto empírico já anteriormente exposto nesse trabalho de projeto (optando-se, inclusive, pela citação de múltiplas reflexões e excertos de entrevistas desenvolvidos naquele âmbito), mas opta-se pelo cruzamento desses elementos com uma nova análise, que reinterprete algumas das conclusões obtidas no âmbito do trabalho de projeto e elabore problematize diferenciadamente o objeto de estudo. Em particular, dá-se um novo ênfase às relações institucionais entre os agentes envolvidos e às consequências das políticas e modelos de governança no ecossistema cultural da cidade. Os dados resultantes da pesquisa empírica fundam-se em bibliografia e documentação própria da Câmara Municipal de Guimarães e da cooperativa municipal Oficina; noutros estudos complementares sobre o tema; e num conjunto de entrevistas realizadas por mim em 2016 a agentes relevantes para a análise das dinâmicas culturais e governança política e organizacional naquela cidade.

2. A política cultural de Guimarães

Ao longo das últimas três décadas a política cultural levada a cabo pela Câmara Municipal de Guimarães teve por eixos o património cultural e a criação artística contemporânea. Uma análise da estratégia municipal revela que o poder local considerou o potencial das atividades culturais não só pelo seu valor intrínseco, mas também enquanto geradoras de outros efeitos ao nível do território - diretos, indiretos e induzidos (Costa, 2011, pp. 133-134) - bem como uma oportunidade de regeneração do tecido económico, social e cultural da cidade (Mendes 2017). As dinâmicas culturais da cidade de Guimarães – quer ao nível das infraestruturas quer ao nível da programação - refletem-se no reconhecimento internacional, de que são particulares exemplos a distinção do centro histórico como Património Mundial da UNESCO, em 2001, e o estatuto de Capital Europeia da Cultura, em 2012. Estes marcos ilustram o impacto que as dinâmicas culturais em causa imprimiram no território, também enquanto cidade criativa, na medida em que ao longo dos anos "desenvolve tipos de atividades criativas" em diversos subdomínios culturais, e que adquire uma "capacidade de atrair competências criativas" ao seu território (Costa, 2011, p. 135).

A valorização e requalificação do centro histórico de Guimarães – bem como dos monumentos e museus existentes naquela circunscrição territorial – pode ser considerada, retrospectivamente, como a etapa inaugural da política cultural de cidade levada a cabo pelo executivo local; constituindo, à data, “a principal prioridade do projeto cultural municipal” (Mendes, 2017, p. 24). O caso do centro histórico de Guimarães constitui-se enquanto objeto de particular interesse analítico por desenvolver eixos de política que cruzam os subdomínios do património cultural e da criação artística, pelo que se opta por apresentar uma breve contextualização do processo político que interveio sobre aquele espaço.



O centro histórico, predominantemente composto por uma malha urbana repleta de edificado que remonta ao período medieval, é considerado “um conjunto arquitetónico de ímpar valor patrimonial” (DGPC, s/d, s/p); característica diferenciadora que é lida pelo executivo local como um capital até então subaproveitado, que se poderia constituir enquanto “fator de desenvolvimento e de afirmação” (Mendes, 2017, p. 83). A câmara municipal cria, em 1985, o Gabinete Técnico Local, que coordenará o processo de governança envolvendo iniciativas do sector público e privado, e mobilizando financiamento local, regional e central. Esta iniciativa pode ser interpretada, de resto, como um exemplo de “uma resposta comum dos poderes públicos das cidades que lidam com problemas de desindustrialização e a descentralização do comércio e dos serviços” (Cachimbo et al, 2020, p. 8), tendo em conta a caracterização do tecido económico de Guimarães ao longo do século XX, predominantemente ligado ao sector do têxtil e do calçado. Frequentemente os governos locais que pretendem adaptar o espaço urbano ao contexto pós-industrial - pautado pela terciarização da economia, alterações demográficas e reconfiguração do mercado laboral - iniciam processos de regeneração das cidades e estímulo de novas práticas de consumo e sociabilidade (Jayne, 2006, p. 153), com consequências no tecido social e urbano. O processo de regeneração do centro histórico visa, assim, não apenas a dimensão arquitetónica, mas também a social, renovando a imagem do espaço e promovendo condições de usabilidade e de consumo que potenciam a sua frequência e revitalização.

Uma das vias utilizadas pela Câmara Municipal para “fazer com que um espaço que não era de fruição pública passasse a sê-lo” (Mendes, 2017, p. 84) envolve o que vem a tornar-se o segundo eixo da política cultural da cidade: a programação artística. A requalificação arquitetónica do edificado é acompanhada de um propósito paralelo de revitalização do espaço público, sendo programadas temporadas de eventos artísticos ao ar livre, ao longo dos anos. No processo de requalificação, atribuem-se novos usos a algumas das principais zonas abertas do centro histórico – nomeadamente a Praça S. Tiago e o Largo da Oliveira – enquanto espaços de apresentação artística, com espetáculos regulares, de entrada livre, no período do verão, que envolvem o tecido associativo da cidade (com atividade sustentada no domínio artístico, nomeadamente no campo do cinema, teatro e música). Destaca-se a iniciativa Cinema em Noites de Verão, coprodução do Cineclube de Guimarães e do município, com exibição de filmes ao ar livre logo a partir de 1989. Ao tornar-se “um espaço de excelência de programação cultural” (Mendes, 2017, p. 84), o núcleo urbano ganha capacidade de atração de novos “consumidores primários” - transeuntes e públicos - e uma renovada “apreciação do espaço [...] como produto para o consumo cultural” (Zukin, 1996, p. 210). A estratégia resulta na atração crescente de transeuntes, comércio e restauração para uma zona da cidade anteriormente degradada e menos frequentada, instituindo ainda novas práticas artísticas e culturais naquela zona da cidade.

A revitalização do centro histórico pode ser lida como uma incubadora da política cultural de Guimarães. Para efeitos deste capítulo, opta-se por se incidir o foco no subsistema da criação artística da política municipal vimaranense. No âmbito da estratégia de investimento e promoção da criação artística contemporânea na cidade de Guimarães, identificam-se na política local três modalidades distintas de atuação: (1) a produção de programação artística de forma direta (por exemplo, a organização da Euroarte, em 1989, uma apresentação de arte contemporânea nacional e europeia); (2) a coprodução de iniciativas artísticas já produzidas anteriormente pelo tecido associativo local (destaca-se o Cinema em Noites de Verão, promovido desde 1989 no centro histórico; a partir de



2001, os Encontros da Primavera, festival anual de música erudita, e os Cursos Internacionais de Música de Guimarães, ambos eventos da associação local Convívio); e (3) a delegação de responsabilidade de programação à cooperativa municipal A Oficina, que virá posteriormente a incluir ainda as coproduções entretanto em curso. O papel desta cooperativa assume particular relevância na política cultural de Guimarães, e o trabalho cultural desenvolvido pela mesma constitui uma peça-chave na leitura do processo de municipalização da governança da cultura na cidade.

3. O papel da cooperativa municipal A Oficina

A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães (de aqui em diante referida abreviadamente como “Oficina”) é uma estrutura que assume desde o início da década de 1990 um papel crescentemente preponderante no projeto cultural da cidade, até se vir a firmar como “o braço armado da estratégia cultural da câmara municipal de Guimarães” (Mendes, 2017, p. 47). É criada em 1985, tendo por missão a conservação das artes tradicionais e a promoção do artesanato local. Em 1989 é constituída formalmente enquanto cooperativa de interesse público, tornando-se a câmara municipal cooperante principal e exercendo sobre a entidade “uma influência dominante” (Câmara Municipal de Guimarães e Oficina, 2017, p. 1). Em 1991, o poder local cria a companhia Teatro Oficina, entregando a gestão da mesma à cooperativa municipal; desta forma, assinala-se o alargamento do leque de atuação da Oficina, passando a incluir dinâmicas no âmbito das artes performativas. Progressivamente, a câmara transfere para a Oficina a gestão de um número crescente de equipamentos e eventos municipais do sector cultural (abarcando outros subdomínios da criação artística, como o teatro, a dança, o audiovisual, a fotografia, a escultura, e mais tarde as artes visuais e o património cultural).

O poder local reconhece naquela estrutura um “motor do desenvolvimento cultural” da cidade, com “resultados públicos e notórios” (Câmara Municipal de Guimarães e Oficina, 2017, p. 1). Segundo a leitura de José Bastos – vereador da cultura e ex-diretor da Oficina, à data da entrevista - o município reconhece que a experiência técnica da cooperativa - acumulando competências de saber-fazer – o mune de uma mais eficiente gestão das dinâmicas, potenciando o sucesso da sua implementação (Mendes, 2017, p. 92). A contratualização pública ocorre por meio de protocolos de colaboração anuais, verificando-se uma tendência crescente de financiamento (Mendes, 2017), particularmente reforçado nos anos que antecedem a Capital Europeia da Cultura (FCG, 2009). O orçamento da cooperativa municipal é progressivamente reforçado, e a estrutura passa a ser responsável pela programação artística do novo Centro Cultural Vila Flor, cuja inauguração em 2005 é considerada “um dos momentos mais marcantes do projeto cultural de Guimarães” (Mendes, 2017, p. 29). Aquando da Capital Europeia da Cultura, são adicionados novos equipamentos à gestão da Oficina, o maior dos quais o Centro Internacional de Artes José de Guimarães; mas também os Laboratórios Criativos, o Centro de Criação de Candoso e a blackbox da Fábrica ASA. No decorrer daquele evento, à Oficina caberá mais de 50% do orçamento total de programação (Mendes, 2017, pp. 31-32), sendo o restante alocado a outras organizações culturais a nível local e nacional. Mais recentemente, em 2016, é ainda inaugurada a Casa da Memória, equipamento de carácter museológico (subdomínio do património cultural) cuja gestão é igualmente confiada à cooperativa Oficina.



A partir da década de 1990, a Oficina inicia a coprodução de eventos culturais com o tecido associativo da cidade, com programação regular e festivais de dança contemporânea (GuiDance), teatro (Festivais Gil Vicente), e música (Manta, Guimarães Jazz). Muitas das dinâmicas culturais geridas pela Oficina têm um histórico relacionamento com a cidade, na medida em que nascem da iniciativa do tecido associativo local ao longo do século XX. Os Encontros da Primavera e os Cursos Internacionais de Música começam por constituir-se enquanto iniciativas da associação Convívio, bem como o Guimarães Jazz; o Círculo de Arte e Recreio é a entidade fundadora dos Festivais Gil Vicente; e o Cineclube de Guimarães programa sessões regulares desde meados do século XX. Estas dinâmicas criativas, que a partir de dado ponto passam a ser coproduzidas pela Oficina, têm, pois, um histórico enquadramento no tecido urbano e social de Guimarães, representando "dinâmicas socioeconómicas de sucesso, fortemente territorializadas, e baseadas em atividades do sector cultural ou criativo" (Costa, 2011, p. 131), dotadas de um "claro enraizamento" (Costa, 2011, p. 132) nas comunidades da cidade.

Uma caracterização que abarque a amplitude da atuação da Oficina deve considerar os três eixos principais que lhe dão forma: (1) a gestão e programação regular de equipamentos culturais (artes performativas, artes visuais, património cultural); (2) a produção e coprodução de eventos e festivais culturais; e (3) um programa de educação e mediação cultural, promovendo a formação de novos públicos. A cooperativa contempla, assim, na sua estrutura institucional, espaços de consumo/exibição (p.e., Centro Cultural Vila Flor, Centro Internacional de Artes José de Guimarães, etc.), espaços de criação/produção cultural (p.e., Centro de Criação de Candoso, Teatro Oficina) e espaços de mediação (serviço educativo).

4. As relações institucionais entre A Oficina e outros agentes da cidade

Enquanto "braço armado" da implementação da política cultural levada a cabo pelo poder local, a atuação da Oficina implica, necessariamente, um conjunto de diferentes interligações com os restantes equipamentos e organizações culturais relevantes na cidade de Guimarães, gerando um contexto de densificação das redes entre os agentes envolvidos e predispondo um conjunto de tensões nas relações institucionais, em que cada uma das partes se articula em torno dos seus interesses próprios.

Entre outras análises possíveis de serem realizadas (nomeadamente a relação com a tutela da Direção Regional de Cultura do Norte, dependente da Direção Geral do Património Cultural), optamos neste capítulo por incidir o nosso foco sobre as relações de governança que a administração da Oficina estabelece com três dos agentes institucionais envolvidos nas suas práticas culturais: (1) a câmara municipal de Guimarães, (2) as direções dos próprios equipamentos geridos pela Oficina e (3) o tecido associativo da cidade. As considerações que elaboramos constituem pistas que podem ser utilizadas numa análise do modelo de governança da Oficina e da política cultural em que se inscreve.

Uma consideração das relações institucionais entre a Oficina e a câmara municipal deverá ter em conta a interdependência existente entre as duas entidades. Por um lado, o executivo municipal recorre ao know-how técnico da cooperativa na implementação da política cultural; por outro, a cooperativa é financiada pelo erário público, negociando e cumprindo o acordado nos contratos programa com o município, e respondendo, assim,



às diretivas das políticas públicas de cultura assumidas pelo poder local. A aprovação do orçamento e do plano de atividades, bem como a avaliação anual do balanço da implementação, são os momentos em que a câmara mais intervém nas dinâmicas da Oficina. No intervalo entre esses dois momentos a estrutura da Oficina funciona e programa de maneira predominantemente autónoma; mas, na prática, a dinâmica entre estes agentes pode ser lida, pelo menos enquanto hipótese verosímil, enquanto fenómeno de municipalização do sector cultural.

Outro dado a ter em conta é a relação estabelecida entre a administração da cooperativa municipal e os diretores responsáveis pela gestão de cada equipamento tutelado pela Oficina; cada um deles é dotado da sua própria direção artística, bem como de corpos profissionais que formam a sua equipa técnica. Neste âmbito, destaca-se uma tensão de natureza particular: a que decorre da diversidade de missões dos equipamentos geridos. Conforme explicitado anteriormente, a Oficina administra estruturas que desenvolvem atividade em subdomínios culturais distintos; a gestão interligada destas estruturas pode predispor tensões institucionais, na medida em que a gestão destas diferentes tipologias artísticas e culturais representa competências e desafios próprios. Nuno Faria, na qualidade de diretor artístico do Centro Internacional de Artes José de Guimarães, admite que este fator é uma dificuldade na relação com a administração, considerando que a cooperativa tem mais competências de gestão dos equipamentos de artes performativas do que de artes visuais (Mendes, 2017, p. 36).

Considera-se ainda as relações estabelecidas entre a Oficina e o tecido associativo da cidade. Conforme exposto anteriormente, muitas das dinâmicas culturais geridas pela Oficina têm um histórico relacionamento com a cidade, na medida em que nascem da iniciativa do tecido associativo local ao longo do século XX. A título de exemplo, os Encontros da Primavera e os Cursos Internacionais de Música começam por constituir-se enquanto iniciativas da associação Convívio, bem como o Guimarães Jazz; o Círculo de Arte e Recreio é a entidade fundadora dos Festivais Gil Vicente; o Cineclube de Guimarães programa sessões regulares desde meados do século XX. Estas e outras práticas inscritas na cidade são impactadas pelo novo modelo de governança cultural liderado pela Oficina, quando esta passa a coproduzir programação regular e festivais de dança, teatro e música. A criação do Centro Cultural Vila Flor, em 2005, dota a cooperativa de um espaço com boas condições de exibição, potenciando de forma ainda mais assinalável o novo modelo de coproduções. Mas, ao mesmo tempo que qualifica os eventos em causa - dotando-os de melhores condições técnicas, orçamento e visibilidade -, a institucionalização dos mesmos é acompanhada de um controlo criativo potencialmente prejudicial, condicionador da autonomia do tecido associativo e privilegiando os interesses diretos da cooperativa e da câmara municipal. É o próprio ex-diretor da Oficina, José Bastos, que confessa ter exercido pressão sobre o Círculo de Arte e Recreio na organização dos Festivais Gil Vicente, exigindo linhas programáticas àquela associação (Mendes, 2017, pp. 39-40).

5. Consequências no ecossistema cultural de Guimarães

Depois de devidamente explicitada a centralidade do papel da cooperativa municipal Oficina no contexto da política cultural de Guimarães, bem como expostas as implicações do relacionamento institucional que a organização estabelece com outros agentes da cidade relevantes para o sector cultural, propõe-se de seguida a consideração de algumas das consequências passíveis de serem aferidas no ecossistema cultural de



Guimarães. Nesse sentido, optamos por uma abordagem em que problematizamos desafios correntes que o poder local deverá ter em conta, num quadro de governança em que a Oficina se vê particularmente implicada. De facto, as políticas públicas têm um importante papel na manutenção e resiliência das dinâmicas culturais geridas pela cooperativa municipal.

O que se opta por destacar em seguida constitui, simultaneamente, uma aferição de consequências e a consideração de possíveis eixos de atuação do poder local para a promoção da resiliência e do impacto da sua política cultural. Consideramos, pois: (1) a sustentabilidade financeira desta política cultural; (2) o enraizamento da mesma no seio das comunidades locais; e, por fim, (3) aquilo a que denominamos a 'sustentabilidade cultural' da cidade. Cada um destes eixos pode ter consequências no plano da governança entre poder local, Oficina e demais agentes implicados.

Em primeiro lugar, deve questionar-se a sustentabilidade económica da Oficina: como sustentar um conjunto tão vasto de equipamentos? A confluência de fundos públicos e privados associados à Capital Europeia da Cultura, em 2012, potenciaram o seu crescimento, mas o período pós-festa coincide com um decréscimo do investimento e dos recursos ali alocados, passando o projeto a depender de modelos de gestão eficientes e/ou do grau de compromisso do poder local. Podemos questionar, por exemplo, se a recente e recorrente política municipal de tentativa de inscrição da cidade em programas internacionais (Cidade Europeia do Desporto, Capital Verde Europeia, etc.) constituirá, em si mesma, um instrumento que cria um panorama de futuro destinado a gerir a insustentabilidade dos investimentos anteriores, criando uma dependência do próximo grande evento que capte financiamento que garanta o funcionamento da infraestrutura crescente no município.

Relativamente aos modelos de gestão, antevê-se que o turismo representará um papel significativo na rentabilização destes equipamentos (Mendes, 2017, pp. 48-49); o património cultural tutelado pela administração central do estado (Castelo de Guimarães, Paço dos Duques) é dotado de elevada atratividade e conta com um volume anual de visitas muito significativo. Contudo, as redes turísticas da cidade têm dificuldade em capitalizar a presença de visitantes na cidade e em potenciar a sua circulação pelos restantes equipamentos culturais de Guimarães (Mendes, 2017, p. 80).

Ao nível da implementação da política cultural e do enraizamento da mesma junto das comunidades, é questionável se as práticas geradas pela Oficina têm vindo a alcançar de forma democrática e sustentada segmentos generalizados dos habitantes. José Bastos admite que "grande parte da população [...] não sabe muito bem aquilo que acontece lá [no Centro Cultural Vila Flor], mas orgulha-se dele" (Mendes, 2017, p. 86). A formação de novos públicos e hábitos culturais representa uma preocupação relevante, de médio-longo prazo, no contexto de uma cidade que promova o sector criativo (Costa, 2011, pp. 141-146); neste sentido, o diretor do Centro Internacional de Artes José de Guimarães, Nuno Faria, entende que é necessário perceber "se os ciclos políticos estão dispostos a esperar vinte anos" para obter os resultados que o serviço educativo da Oficina gera no território (Mendes, 2017, p. 118).

Em que medida a programação cultural levada a cabo pela Oficina – objeto de um fenómeno de municipalização através da coprodução dos eventos com o tecido associativo – se encontra devidamente implantada entre a população do município? E de que maneira se relaciona com ela? Um estudo de públicos efetuado em 2009 indicava que apenas 42% do total de espectadores do Centro Cultural Vila Flor eram provenientes do município (Lo-



pes, 2010). O vereador da cultura, José Bastos, afirma que o equipamento "não foi pensado para dar resposta a Guimarães", constituindo antes um "objetivo de afirmação regional [...] [e] nacional" (Mendes, 2017, p. 86).

Em contraste com a estratégia pública de revitalização do centro histórico de Guimarães, cujo sucesso é expressivamente consensual entre a população e os agentes culturais da cidade, a inauguração do Centro Internacional de Artes José de Guimarães não é isenta de dificuldades ao nível da sua implantação na vida comunitária. O equipamento, gerido pela Oficina, é inaugurado em 2021, e inscrito na Plataforma das Artes e da Criatividade, localizada na praça onde se encontrava o antigo mercado da cidade; sendo este último relocado para uma localização periférica do núcleo urbano. A alteração na perceção e no uso comunitário daquela localização constitui "o coração de um trauma coletivo, que é o desaparecimento do mercado" (Mendes, 2017, pp. 118-119), segundo o diretor do equipamento. Nuno Faria considera que aquela parte da cidade "ainda não está completamente humanizada, ainda não é um sítio a que as pessoas queiram vir" (Mendes, 2017, pp. 118-119).

A desconexão entre algumas das dinâmicas geradas pela política cultural e a população do município é também evidenciada pela distribuição territorial da maior parte dos equipamentos geridos pela Oficina, circunscritos aos limites do núcleo urbano e descurando localizações mais periféricas do território municipal. O principal equipamento gerido pela Oficina fora da malha urbana da cidade é o Centro de Criação de Candoso, especificamente vocacionado para o acolhimento de residências artísticas nacionais e internacionais; pela natureza da sua missão, não se relaciona diretamente com a população. Apesar disto, verifica-se algum empenho por parte do município e da Oficina na inscrição da programação cultural em redes de circulação artística mais vastas, num reconhecimento da importância da "articulação em rede, seja ao nível dos sistemas mais territorializados de produção e consumo, seja entre estes e o exterior" (Costa, 2011, p. 146). O projeto Quadrilátero Cultural, em parceria com municípios limítrofes, constitui um exemplo disto mesmo, e carecerá de um investimento continuado, fundado numa estratégia política de continuidade. O projeto descentraliza a programação cultural e permite que comunidades de territórios menos urbanizados (no município de Guimarães e nos municípios circundantes) tenham um acesso mais facilitado à mesma.

Por fim, uma aferição das consequências da política municipal no ecossistema cultural da cidade deverá ter ainda em conta a própria 'sustentabilidade cultural' do meio, impactada pelas configurações de governança em vigor, previamente explicitadas. Uma cultura governativa inflexível, que não consiga gerir equilibradamente os conflitos entre os agentes culturais e privilegie recorrentemente os interesses do município em detrimento dos do tecido associativo (nomeadamente na abordagem de coprodução inscrita na programação e dinâmicas artísticas), compromete o próprio ecossistema criativo, colocando em causa a sustentabilidade das práticas através de um excessivo controlo do sector. Na fronteira entre os conceitos de governança e de governação, este tipo de atuação compromete elementos essenciais para a vitalidade do sector, como sendo a "diversidade de diferentes tipos de atores" e outros "elementos-chave na esfera governativa [...] tais como a abertura, a flexibilidade, a proatividade e a correspondente capacidade de mutação organizacional" (Seixas & Costa, 2011, p. 87). A cultura em Guimarães carece de políticas públicas que não descurem as interdependências entre os agentes implicados, e que promovam uma participação mais alargada dos mesmos no projeto local comum em prol do sector.



Referências Bibliográficas

- Cachimbo, H., Barata-Salgueiro, T. & Guimarães, P. (2020). Comércio, consumo e as novas formas de governança urbana: introdução. In H. Cachinho, T. Barata-Salgueiro & P. Guimarães (Coords.). *Comércio, consumo & governança urbana*. (pp. 1-15). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Costa, P. (2011). Cultura, economia criativa e cidade criativa: alguns contributos para reflectir sobre o caso português. In M. S. Baltazar & C. Rego (Coords.). *Globalização e desenvolvimento*. (pp. 127-152). Lisboa: Caleidoscópico.
- Departamento de Cultura, Turismo e Juventude. (2017, junho 5). *Contrato Programa Oficina 2018 - Minuta*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães. https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/document/file/12035/23_-_PROPOSTA.pdf.
- DGPC - Direcção-Geral do Património Cultural. (s/d.). Centro Histórico de Guimarães. Património Cultural.gov.pt. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/centro-historico-de-guimaraes/>.
- FCG - Fundação Cidade Guimarães. (2009). *Plano estratégico 2010-2012*. Guimarães: Fundação Cidade Guimarães.
- Jayne, M. (2006). *Cities and consumption*. London: Routledge.
- Lopes, J. T. (Coord.). (2010). *O centro da cultura - estudo sobre os públicos do CCVF*. Porto: Fundação Universidade do Porto.
- Mendes, T. (2017). *Política cultural de cidade. Um estudo de caso: a cidade de Guimarães (1985-2015)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- Seixas, J. & Costa, P. (2011). Criatividade e governança na cidade contemporânea: a conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares. *Revista Cadernos Metrópole*, 13(25), 69-92.
- Zukin, S. (1996). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24.

